Apresentação: 11/06/2025 14:19:17.227 - Mesa
RIC n.3514/2025

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº /2025.
(Do Sr. Carlos Jordy)

Requer informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação informações acerca de recursos federais para monitoramento da Oposição no Congresso Nacional.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requeiro que seja encaminhado a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, o presente Requerimento de Informação, a fim de que sejam prestados esclarecimentos acerca da rede Minerva, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

Carlos Jordy
Deputado Federal
PL/RJ

CD252959261500

Para verificar a assinatura, acesse https://fmfoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252959261500
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy

Apresentação: 11/06/2025 14:19:17.227 - Mesa
RIC n.3514/2025

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, foram divulgadas informações relativas ao projeto de combate à desinformação coordenado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), sob a supervisão do MCTI, que conta com um orçamento de R$ 54,1 milhões. Esse projeto, denominado Rede Minerva, recebeu recursos de diversas fontes, incluindo o Ministério da Saúde, o que levanta a questão sobre a correta destinação de verbas públicas, especialmente em relação à saúde.

A Rede Minerva tem como um de seus principais objetivos a monitorização e combate à desinformação nas redes sociais. Contudo, ao longo da execução deste projeto, diversos elementos têm gerado grande desconforto, particularmente a falta de transparência quanto aos seus objetivos, à execução de recursos, e a relação com ex-integrantes da Secretaria de Comunicação da Presidência (SECOM), o que levanta sérias dúvidas sobre a utilização adequada dos recursos públicos.

Além disso, relatos sobre o monitoramento de parlamentares da oposição e o cerceamento da liberdade de expressão nas redes sociais, incluindo o **monitoramento das minhas redes sociais**, conforme destacado pelo **Estadão**, levantam sérias preocupações. O uso de recursos públicos para vigiar e analisar críticas ao governo sugere a possibilidade de **perseguição política** e configura uma clara **violação dos direitos fundamentais de liberdade de expressão**. Tais práticas não apenas comprometem a democracia, mas também coloca em risco a liberdade de manifestação política dos cidadãos e parlamentares.

Diante do exposto, solicito que sejam fornecidos os seguintes documentos e informações:

Documentos Produzidos pela Minerva

Solicito acesso a todos os documentos produzidos no âmbito do projeto Rede Minerva, especialmente aqueles que envolvem o monitoramento de redes sociais, bem como os relatórios de monitoramento que foram produzidos até o presente momento. Tal solicitação visa garantir a transparência das informações geradas por este

CD252959261500

Para verificar a assinatura, acesse https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252959261500
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy

Apresentação: 11/06/2025 14:19:17.227 - Mesa
RIC n.3514/2025

projeto, especialmente em relação às acusações de monitoramento de parlamentares e outras figuras políticas, que podem configurar abuso de poder e perseguição política.

Investimentos e Fontes de Financiamento

Solicito informações detalhadas sobre os investimentos aportados para o financiamento da Rede Minerva, incluindo a origem dos recursos, e, especialmente, as justificativas para o financiamento de iniciativas relacionadas à desinformação com verbas oriundas do Ministério da Saúde, no montante de R$ 12,1 milhões. Solicito que sejam apresentados os documentos que comprovem que tais investimentos estão de acordo com os fins estabelecidos pela legislação que rege a aplicação desses recursos, especialmente a legislação de saúde pública.

Indícios de Desvio de Finalidade

Considerando a utilização de recursos do Ministério da Saúde para financiar o projeto de combate à desinformação, que não parece ter correlação direta com as finalidades do orçamento de saúde, solicito que sejam esclarecidas as razões que levaram à alocação de tais recursos para um projeto com foco em mídias digitais, e se há indícios de desvio de finalidade.

Ex-Integrantes da SECOM no Projeto Minerva

O envolvimento de ex-integrantes da Secretaria de Comunicação da Presidência (SECOM), como o caso do Sr. Rafael Marques Caliari, exonerado da SECOM e atualmente contratado para atuar na Rede Minerva, levanta questionamentos sobre a legalidade e a moralidade do projeto. Solicito esclarecimentos sobre o processo de contratação de Rafael Marques Caliari, ex-integrante da SECOM, que recebeu um salário elevado de R$ 15.060,92, apesar de não possuir formação superior e de não atuar diretamente como pesquisador, mas como "gerente de mídias sociais". Ademais, é importante esclarecer o papel de outros ex-integrantes da SECOM no desenvolvimento da Rede Minerva e como se deu a transição entre o governo e a pesquisa.

Viagens Custeadas pelo Projeto Minerva

CD252959261500

Para verificar a assinatura, acesse https://fmfoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252959261500
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy

Apresentação: 11/06/2025 14:19:17.227 - Mesa
RIC n.3514/2025

Solicito detalhes sobre todas as viagens internacionais custeadas pelo projeto Rede Minerva, com especial ênfase para a viagem de Marco André Feldman Schneider a Cuba, em março de 2025, e de Tiago Emmanuel Nunes Braga a Budapeste. Essas viagens, especialmente a Cuba, país com forte controle sobre a liberdade de expressão, devem ser justificadas claramente, considerando a natureza acadêmica do projeto e as alegações de cooperação com regimes autoritários.

Perseguição Política e Cerceamento da Liberdade de Expressão

Solicito esclarecimentos sobre a possível perseguição política e o cerceamento de liberdade de expressão relacionados ao projeto Rede Minerva. Dúvidas surgem sobre a suposta utilização do monitoramento de redes sociais para investigar, monitorar e, possivelmente, silenciar opositores políticos, especialmente parlamentares, utilizando recursos públicos de forma indevida. Solicito que o MCTI informe se há diretrizes claras que garantam a neutralidade política e não discriminação no processo de monitoramento, assegurando que o projeto não seja utilizado como ferramenta de perseguição política a quem manifeste opiniões contrárias ao governo.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em de de 2025.

Carlos Jordy
Deputado Federal
PL/RJ

CD252959261500

Câmara dos Deputados - Gabinete 786 - Anexo III- Brasília - DF - CEP 70160-900
e-mail: dep.carlosjordy@camara.leg.br telefone: (61) 3215-5786

Para verificar a assinatura, acesse https://fmfoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252959261500
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy